

LP-1 - Produção, Mediação e Gestão da Informação

GESTÃO DA INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA AUXILIAR NA PRESTAÇÃO DE CONTAS: UM ESTUDO DE CASO NA UFAL

INFORMATION MANAGEMENT AS AN AUXILIARY TOOL IN ACCOUNTING: A CASE STUDY IN UFAL

1

Daniella Pontes Silva Cirilo¹

Andrew Beheregarai Finger²

Resumo: A gestão da informação feita com o objetivo de informar os cidadãos proporciona que estes exerçam o mais legítimo e importante mecanismo de controle no Estado Democrático de Direito, efetivando, assim, seu papel na democracia. O controle social é a participação do cidadão, isolado ou por meio de associações, em relação a ações que já foram tomadas, a decisões em vias de adoção, com a intenção de verificar ou instigar a verificação da sua legalidade, moralidade, impessoalidade, economicidade, conveniência e oportunidade etc. O objetivo da pesquisa é analisar como a gestão da informação pode auxiliar o processo de prestação de contas de recursos públicos da Universidade Federal de Alagoas.

Palavras-Chave: Gestão da informação; Controle social; Universidade.

Abstract: *The information management made with the aim of informing the citizens provides that they exercise the most legitimate and important mechanism of control in the Democratic State of Law, thus fulfilling their role in democracy. Social control is the participation of the citizen, isolated or through associations, in relation to actions that have already been taken, to decisions in the process of adoption, with the intention of verifying or instigating the verification of their legality, morality, impersonality, economy, convenience and opportunity etc. The objective of the research is to analyze how the information management can help the process of accountability of public resources of the Federal University of Alagoas.*

Keywords: *Information management; Social control; University.*

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas. daniellapontess@gmail.com.

² Doutor em Administração de Empresas. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal de Alagoas. andrew.finger@feac.ufal.br.

1 INTRODUÇÃO

A universidade é uma instituição complexa em várias dimensões: na variedade e quantidade de públicos (ou stakeholders) com os quais se relaciona; na multiplicidade de objetivos; na diversidade de serviços que oferece; na diversidade de formação de seus recursos humanos e etc.

2

Sendo a universidade uma instituição pública, financiada com o dinheiro do povo - apenas gerido pela Administração Pública -, deve obedecer à Constituição Federal (artigo 70, parágrafo único) e prestar contas à sociedade sobre o que é feito com os recursos públicos. A prestação de contas públicas é uma medida imprescindível para os gestores dos órgãos, pois está ligada diretamente à transparência da administração pública.

Atualmente os documentos de prestação de contas das instituições públicas direcionam-se aos órgãos de controle, tais como Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e outros. Estes documentos são elaborados de acordo com normativos disponibilizados pelos órgãos de controle.

É necessário que todo o ciclo do processo de gestão da informação - identificação da necessidade de informação, coleta, armazenagem, distribuição e uso (DAVENPORT, 2002) - ocorra tendo em vista o interesse público.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como a gestão da informação pode auxiliar o processo de prestação de contas de recursos públicos da Universidade Federal de Alagoas através da análise do fluxo informacional sobre prestação de contas, da aplicação de questionários em segmentos da comunidade universitária e da realização de pesquisa bibliográfica sobre o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A principal característica da chamada sociedade da informação é o excesso de informação disponível. Com o auxílio da tecnologia, essa informação é gerada e disseminada em velocidade inimaginável.

O gerenciamento é um desafio para a Ciência da Informação, que se ocupa essencialmente do estudo da informação, tendo como princípio o fato de que existe um “produtor/consumidor de informação que busca nesta um ‘sentido’ e uma ‘finalidade’”. (MARCHIORI, 2002, p. 75).

De acordo com Borko (1968, p. 3), a Ciência da Informação é “uma disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação e os meios de processá-la para melhor acesso e uso.”

A gestão da informação é discutida por diversos autores e pode ser aplicada a qualquer tipo de instituição ou organização. Cunha e Cavalcanti (2008) definem gestão da informação como: conjunto de atividades relacionadas com o ciclo da informação em uma organização que inclui a coleta, processamento, armazenamento, fluxo, recuperação da informação e o seu uso efetivo, geralmente com o apoio de sistemas automatizados (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.179).

Davenport (2002, p. 173) define o gerenciamento da informação como "um conjunto estruturado de atividades que incluem o modo como as empresas obtêm, distribuem e usam a informação e o conhecimento".

Apesar da complexa ação de gerir informação, Oliveira e Bertucci (2003) relatam sua importância como um instrumento estratégico para “controlar e auxiliar decisões, através de melhorias no fluxo da informação, do controle, análise e consolidação da informação para os usuários” (OLIVEIRA; BERTUCCI, 2003, p. 9).

A gestão da informação feita com o objetivo de informar os cidadãos proporciona que estes exerçam o mais legítimo e importante mecanismo de controle no Estado Democrático de Direito, efetivando, assim, seu papel na democracia.

De acordo com Britto (1992), o controle social ou popular, existe como fiscalização do governo, por particulares, instituições da sociedade civil ou pela coletividade em geral, quanto ao cumprimento dos deveres das autoridades públicas. É exercido tanto na defesa de interesses particulares quanto interesses coletivos.

Medauar (2012) diz que o controle social é a participação do cidadão, isolado ou por meio de associações, em relação a ações que já foram tomadas, a decisões em vias de

adoção, com a intenção de verificar ou instigar a verificação da sua legalidade, moralidade, impessoalidade, economicidade, conveniência e oportunidade etc.

Para que o controle social se efetive, existe uma dependência tanto da vontade como do grau de instrução da população. Dessa forma, Silva e Macedo (2006) afirmam que o controle social pressupõe que haja uma sociedade que esteja consciente de seus direitos e seja organizada, bem como esteja ciente em relação aos meios burocráticos para que tenha condições efetivas de fiscalizá-la.

Quando se fala em responsabilização no setor público, existem dois aspectos: os governos são responsáveis perante os cidadãos, por um lado, devendo prestar contas das ações e, por outro lado, tem-se o direito dos cidadãos de controlar a ação dos governos (Bresser-Pereira & Grau, 2006).

Carlin (2002) destaca a preocupação sobre a qualidade das informações que estão sendo fornecidas pelas instituições, pois a qualidade, mais do que a quantidade, é o atributo dominante de um processo eficaz de responsabilização.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A literatura científica de metodologia científica oferece diversos tipos de pesquisa, determinados pelos tipos de métodos utilizados no trabalho. Contudo, tais classificações não são excludentes.

De acordo com Koche (1997), o método descritivo tem sido bastante utilizado nas ciências sociais, sendo aplicável em casos de temas pouco estudados. É sabido que há vários estudos sobre a gestão da informação em órgãos públicos, porém não foram encontradas pesquisas que relacionassem aquela ao controle social sobre os recursos públicos.

Em relação à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se predominantemente como qualitativa, por buscar mensurar, de forma direta e objetiva, a percepção dos segmentos da sociedade com aplicação de questionários.

Ademais, também é possível classificar este projeto como um estudo de caso, pois a análise de dados utilizará como escopo o âmbito da Universidade Federal de Alagoas.

4 RESULTADOS ESPERADOS

Com o desenvolvimento desta pesquisa, objetiva-se analisar o fluxo informacional referente a prestação de contas na Ufal, verificando quais são as fontes de informação e quais públicos acessas esses documentos, delimitar quais segmentos da comunidade universitária terão aplicação de questionários e concluir a pesquisa bibliográfica sobre o tema.

Os documentos analisados serão retirados da aba Transparência do portal da Ufal. Nesta seção do site estão disponibilizadas informações sobre gastos, licitações, contratos, convênios, relatórios, documentos e acesso à informação.

A escolha dos públicos que terão aplicação de questionário, bem como a elaboração deste, serão feitas após a finalização da pesquisa bibliográfica, o que ensejará maior embasamento para os autores da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade deve ser reconhecida como uma instituição que desempenha importantes papéis para o desenvolvimento humano, regional e sustentável na sociedade contemporânea. Ela tem a missão não apenas de formar bacharéis, geógrafos ou engenheiros, mas deve produzir novos conhecimentos e entregá-los à sociedade, que é a financiadora de todo o processo.

À população importa saber quanto uma universidade gasta com energia elétrica mensalmente; quantos médicos são formados por ano; se todo o orçamento do ano foi utilizado. O exercício da cidadania e o controle social residem, também, na disseminação de informações relevantes à sociedade, pois de acordo com Chauí (1993), “os sujeitos políticos participam da vida social em proporção ao volume e qualidade das informações que possuem em especial”.

É necessário que todo o ciclo do processo de gestão da informação - identificação da necessidade de informação, coleta, armazenagem, distribuição e uso (Davenport, 2002) - ocorra tendo em vista o interesse público.

REFERÊNCIAS

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, jan. 1968.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 dez. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill; (Coords.). **Responsabilização na administração pública**. São Paulo: Clad/Fundap, 2006.

BRITTO, Carlos Aires. **Distinção entre “controle social do poder” e “participação popular”**. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portaWeb/hp/9/docs/doutrinaparc_06.pdf. Acesso em: 05 jan. 2019.

CARLIN, T. M. Desempenho e transparência na Austrália: os sistemas “de ponta” estão realmente funcionando. **Transparência e responsabilização no setor público**: fazendo acontecer. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2002. 293 p.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1993. 367 p.

CUNHA, Murilo Bastos de; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Brique de Lemos, 2008. 451 p.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 2002.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARCHIORI, Patrícia Zeni. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 72-79, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/962/999>. Acesso em: 06 jan. 2019.

MEDAUAR, Odete. **Controle da administração pública**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

OLIVEIRA, Marlene; BERTUCCI, Maria da Graça Eulálio de Souza. A pequena e média empresa e a gestão da informação. **Informação & Sociedade**: estudos, v. 13, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/13239>. Acesso em: 06 jan. 2019.



I CONGRESSO INTERNACIONAL EM TECNOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

SILVA, Francisco C.; MACEDO, Cláudio F. Controle e reforma administrativa no Brasil. In: ENANPAD, 22., 1998, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos** ... Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad1998-ap-33.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2019.